

# FOTOGRAFIA, DEMOCRACIA E MOBILIZAÇÕES EM REDE<sup>14</sup>

ELAINE SCHMITT

## Introdução

A Internet da forma que a utilizamos hoje, oferecendo a possibilidade de expressões e socialidades por meio das ferramentas de comunicação em uma escala e velocidade gigantesca, tem se constituído como uma plataforma digital que permite a formação e a manutenção de redes sociais, além da organização de setores profissionais e movimentos sociais. Estudar o ciberespaço e, principalmente, a criação de redes sociais on-line em sua forma de representar realidades e mudanças que foram trazidas para a sociedade contemporânea é um campo vasto para questionamentos, sobretudo pela quantidade de casos e acontecimentos que surgem e que proporcionam a observação curiosa de pesquisadoras e pesquisadores. Além disso, e conforme Mariana Valente (2023), mirar a internet como campo de pesquisa nos interessa, pois ele não somente participa da realidade, mas relaciona e reproduz a própria realidade, o que aponta para uma urgente de ser pensado e considerado quando olhamos, principalmente, para ascensão de discursos de ódio, misoginia e outras violências digitais: “entender os ambientes on-line a off-line como um *continuum* permite compreender melhor a realidade e dar a acontecimentos on-line as mesmas consequências jurídicas que são dadas a acontecimentos análogos off-line” (VALENTE, p.22, 2023).

Sabemos que a ideia de rede extrapola o contexto ao qual será trazido neste capítulo, pois foi utilizado há mais de um século em pesquisas que buscaram padrões e elementos de conexão, dinâmicas e estruturas da sociedade, no entanto, se estendeu com o passar do tempo para o universo da internet, dando vazão ao surgimento de sites e redes sociais on-line. Esses perfis, blogs, sites e outras plataformas, como os de distribuição de dados (*streamings*), compreendidos como ferramentas que traduzem e complexificam as redes sociais para o espaço on-line, trouxeram a possibilidade de examinar tanto as redes sociais, quanto sua interatividade e discursividade, em larga escala (RECUERO, 2015).

E, diferente da web 1.0, que possuía conteúdo estático e pouca possibilidade de interação, a internet que observamos hoje é marcada pelo seu caráter social, que abre caminho para a redefinição do papel desempenhado pela cidadania no campo da comunicação política e também de uma esfera pública para diálogos e disputas. Dentre as outras características deste modelo, estão o aumento da pluralidade de vozes, o surgimento de uma cultura colaborativa e a emergência de super-usuários. Estas possibilidades supõem um progresso no sentido de tirar o público de um papel passivo para uma “posição ativa” e fomentar a participação e o estabelecimento de dinâmicas relacionais (CASERO, 2010). Por outro lado, sabemos como a internet, há muito, é espaço para construção e

14 O presente estudo faz parte do Projeto “Internet como campo de disputa pela Igualdade de Gênero”, realizado no Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (Fapesc) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

fortalecimento de movimentos de extrema direita – não somente no Brasil – (EMPOLI, 2019), e também para disseminação de notícias falsas e propagação de discursos de ódio, como os misóginos (VALENTE, 2023). Estes são elementos que estão sendo levados em conta durante toda a reflexão proposta, ainda que não sejam debatidos com a importância e a profundidade que necessitam e que, por isso, serão melhor apresentados em futuras investigações desta pesquisa.

Nessa forma de observar o que considero como viés esperançar da internet, inspirado em Paulo Freire (1992), vemos como as redes sociais on-line têm se constituído como um espaço de manifestação, denúncias e, ao mesmo tempo, de difusão de conhecimento e de organização que geram reações tanto na *web* quanto no mundo off-line. Considerando o cenário de ampliação do uso da internet por grupos e movimentos sociais que defendem a democracia, acredito que uma produção de conhecimento sobre a abrangência e o engajamento de conteúdos compartilhados via internet, tendo como foco o exame de diferentes aspectos das comunidades e sua cultura on-line de redes sociais ou plataformas de distribuição e divulgação de conteúdos, pode contribuir, também, para o fortalecimento da cidadania.

Este estudo, portanto, parte da Netnografia (KOZINERTS, 2014) para propor um mapeamento que se concentra, principalmente, na presença on-line de fotógrafas e fotógrafos, em especial, dedicados à fotografia documental e ao fotojornalismo das comunidades on-line chamadas “Fotografia pela Democracia” (FPD) e “Fotógrafas e Fotógrafos pela Democracia” (FFPD). O termo comunidade é utilizado por Kozinertz para denominar agrupamentos de pessoas em geral, o que pode acontecer no on-line ou off-line. Aqui, o termo foi mantido levando em consideração a formação destes dois grupos que têm o comum objetivo de alinhar suas práticas fotográficas aos propósitos democráticos e estabelecer-se na internet por meio da criação de diferentes canais de comunicação e divulgação como blog, Instagram, Facebook e Twitter/X. Ao surgirem, conforme será contado em breve, ambas se posicionaram em defesa da democracia, o que nos leva a refletir sobre as possibilidades de organização, ação e significados potencialmente produzidos em redes on-line (CRESWELL, 2009) e por pessoas que trabalham e que percebem a produção de imagens como importante prática para a construção de uma memória social que tenha compromisso com direitos humanos, equidade, interseccionalidade e justiça social.

Embora seja uma especialidade cada vez menos restrita a uma única pessoa, devido, também, à precarização das redações e agências de notícias, cabe ressaltar como a fotografia documental e o fotojornalismo seguem cristalizando realidades – hoje, principalmente, de forma on-line – ao proporcionar substância para uma história política brasileira que pode romper com enquadramentos regulados (BUTLER, 2015), sendo capaz de acionar narrativas históricas e formar a iconografia de uma memória social coletiva, um argumento que também está presente no manifesto on-line<sup>15</sup> de uma das comunidades:

O encontro dessa diversidade de olhares cria uma rede de informações sobre a realidade brasileira. O Fotógrafas e Fotógrafos pela Democracia procura catalisar esse capital cultural em favor da democracia, organizar forças dispersas e desconstruir a narrativa de ódio da extrema direita. Expressamos um olhar alternativo em contraponto ao discurso hegemônico da mídia tradicional (FOTÓGRAFAS E FOTÓGRAFOS PELA DEMOCRACIA, s.d.).

<sup>15</sup> Os manifestos podem ser encontrados neste [link](#) para formulário de adesão de “Fotógrafas e Fotógrafos pela democracia” e neste [link](#) para o documento escrito de Fotógrafos pela Democracia. Acessado em 10/08/2023.

É importante ressaltar que este estudo encontra limitações devido, principalmente, ao cenário fugaz que a internet apresenta, o que pode levar a uma rápida mudança de influência e desuso de redes, como foi o caso de antigas experiências como Orkut e Fotologs. A credibilidade do estudo, no entanto, segue operante, já que o objetivo principal é mapear características que constituem a comunidade fotográfica on-line brasileira, reunida por uma prática que evolui constantemente com a sociedade e o desenvolvimento tecnológico. Assim, o objetivo maior é compreender suas características a partir da sua distribuição por região e por gênero, revelando, possivelmente, nuances político-subjetivas pertinentes para a observação e compreensão das articulações expressivas na internet.

Além da dimensão quantitativo, a netnografia prevê, também, uma abordagem acerca das experiências da fotojornalista Rosa Gauditano, que pertencente a dois dos grupos sociais on-line apresentados, e que confere a uma proporção crítica da pesquisa e que pode levar a novos estudos e articulações políticas, a partir de uma perspectiva de gênero (BUTLER, 1990) no campo do foto(jornalismo). Perspectiva que têm como bússola valores pautados na democracia.

## Breve contexto-histórico sobre as comunidades

Fundadas majoritariamente pela comunidade profissional brasileira entre os anos de 2016 e 2018, o objetivo principal dos dois grupos on-line, que está exposto em seus respectivos manifestos publicados na internet, foi de posicionar a categoria em favor da democracia brasileira, contrariando investidas neoliberais presentes no período atual. Entre elas, o golpe sofrido pela então Presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, depois da votação pelo seu *impeachment* em 17 de abril de 2016, é considerado um ponto importante para tal surgimento:

Nós, do coletivo Fotógrafas e Fotógrafos pela Democracia, nascemos como Fotógrafos Contra o Golpe, em luta contra o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016. Somos um fragmento do campo da esquerda em oposição ao avanço do autoritarismo, um grupo de ativismo político independente, apartidário, sem filiação a qualquer instituição e de alcance nacional. A participação é voluntária e o coletivo é sem fins lucrativos; nos estruturamos a partir de relações horizontais, e temos como norma a cordialidade e respeito mútuo. A consciência do momento histórico de retrocesso político impulsionou o desejo de organizarmos um grupo com atuação constante em favor da democracia (FOTÓGRAFAS E FOTÓGRAFOS PELA DEMOCRACIA, s.d.).

O evento, que marcou o início de uma governança brasileira de direita com duração de seis longos anos (2016-2022), ajudou a elucidar os objetivos políticos, além do discurso construído e valorizado pela maioria do Plenário da Câmara, o que também pôde ser observado no discurso produzido por usuários da rede social on-line Twitter (COLUSSI; SCHMITT, 2016).

Dentre os objetivos de FFPD, expostos no manifesto oficial do grupo e que também faz parte do formulário de adesão aberto ao público, destacam-se pautas direcionadas aos “excluídos, aos sem-teto e aos sem-terra, aos povos indígenas, aos negros, às mulheres, aos presos políticos, aos LGBTQI+, às pessoas com deficiência física, aos trabalhadores e aos desempregados” colocadas como articuladoras, em conjunto com “antropólogos, jornalistas, professores e pesquisadores”, salientando a importância da construção fotográfica para a sociedade:

O grupo não representa a categoria ou segmento dela, entretanto, utiliza a fotografia como ferramenta contra a necropolítica, o neoliberalismo e as desigualdades sociais. [...] A característica do fazer fotografia nos coloca próximos dos acontecimentos, dos atores sociais e de todo desenvolvimento dos conflitos das forças atuantes na sociedade. O trabalho do fotógrafo é pensar visualmente sobre as ações humanas e o meio ambiente. O embate político contemporâneo se dá especialmente no campo das imagens, cabe ao grupo contribuir em favor da resistência ao fascismo. A fotografia é instrumento político potente e temos feito uso dessa energia nas nossas ações e redes sociais. O Fotógrafos pela Democracia está empenhado na luta simbólica que se trava entre o obscurantismo e a civilização, escolhemos o lado da ciência, do conhecimento e das artes (FOTÓGRAFAS E FOTÓGRAFOS PELA DEMOCRACIA, s.d.).

Diferentemente do grupo FFPD, que hoje possui, Instagram<sup>16</sup> com 15,8 mil seguidores, Facebook<sup>17</sup> com 5,4 mil seguidores, Twitter<sup>18</sup> com 737 seguidores, um Blog<sup>19</sup> e um canal de YouTube<sup>20</sup> com 353 inscritos, o grupo FPD possui apenas Instagram<sup>21</sup> com 1637 seguidores, e Facebook<sup>22</sup> que, até este momento, está com 2,1 mil seguidores. Ambas as redes desta última comunidade estão sem atualizações desde 2021, uma estagnação que aponta para a necessidade de uma metodologia que consiga, futuramente, refletir, também, sobre os motivos que levaram o grupo a parar sua atualização.

Por se tratarem de comunidades voltadas à cultura e divulgação de imagens, dentre todos os canais dos grupos, o que se mostrou mais ativo em ambas as comunidades foi o Instagram, uma rede de compartilhamento instantâneo de imagens criada em 2010 pelo brasileiro Mike Frieger e pelo norte-americano Kevin Systron, posteriormente vendida à empresa Meta, mesma empresa do Facebook. Até este momento, FFPD possui 7.287 publicações, enquanto FPD, conta com 104.

No manifesto elaborado e divulgado pela comunidade FPD, a candidatura de Jair Messias Bolsonaro, do Partido Social Liberal, que viria a consolidar-se em outubro de 2018, é colocada como principal motivo para o surgimento de uma resistência política que passa, também, pela prática fotográfica:

Nós, fotógrafas e fotógrafos, professores, pesquisadores e editores, reafirmamos nosso lado na história. A fotografia nasce com e para a democracia e hoje não poderíamos estar em outro lugar. De um lado está o fascismo. A candidatura de Bolsonaro usa do ódio, clama pela volta dos armários, correntes, cassetetes e paus de arara para impor ao povo brasileiro uma única foto: o retrato de identificação policial. Aqui estão os que lutam pela vitória do bom senso, dignidade e civilização (FOTOGRAFIA PELA DEMOCRACIA, s.d.).

16 Link para a plataforma: <https://www.instagram.com/fotografasfotografosdemocracia/> Acessado em 20/11/2023

17 Link para a plataforma: <https://www.facebook.com/fotografasfotografosdemocracia/>. Acessado em 20/11/2023

18 Link para a plataforma: <https://twitter.com/FotoDemocracia>. Acessado em 20/11/2023

19 O blog ainda carrega a primeira nomenclatura usada pela comunidade "Fotógrafos pela Democracia" que utilizada o masculino universal. Nele, a aba nomeada "sobre" conta que, em 2018, parte da comunidade foi às ruas conversar com a população para tentar evitar a eleição de Jair Bolsonaro. Já em abril de 2019, realizaram o "Leilão Lula Livre", com fotos históricas sobre a trajetória do ex-presidente da república, Luís Inácio Lula da Silva. A renda arrecadada foi doada à campanha pela sua libertação. Também realizaram varais de fotografias com o tema "Moradia", na Ocupação 9 de Julho, localizada no bairro Bela Vista, que fica no centro da cidade de São Paulo. A valor obtido com a venda das fotos expostas foi doado aos familiares de lideranças presas injustamente. Link para a plataforma: <https://fotografaspelademocracia.wordpress.com/>. Acessado em 20/11/2023

20 Link para a plataforma: <https://www.youtube.com/@FotografosPelaDemocracia/about>. Acessado em 20/11/2023

21 Link para a plataforma: <https://www.instagram.com/fotografiapelademocracia/>. Acessado em 20/11/2023

22 Link para a plataforma: <https://www.facebook.com/fotografiapelademocracia/>. Acessado em 20/11/2023

Em entrevista realizada com Rosa Gauditano (SCHMITT, 2022), fotojornalista que, durante o período da ditadura militar brasileiro de 1964, fez a cobertura de movimentos sociais brasileiros na cidade de São Paulo e principalmente para mídia não hegemônica, a sensação de que algo precisava ser pensado começou a surgir ainda em 2015:

[...] eu comecei a perceber um clima estranho aqui no Brasil. Me deu um sexto sentido e eu comecei a mexer com esse meu material da época da ditadura. E eu pensei “gente, eu acho que vai acontecer alguma coisa parecida aqui. Eu estou sentindo que vai acontecer alguma coisa aqui”. Aí eu comecei editar esse material, eu editei todas as fotos de todos os movimentos sociais, daí eu percebi que eu tinha um grande material e eu comecei a fazer um projeto do livro que chama “A mesma luta”. Porque eu estava achando que o Brasil ia dar uma guinada e ia voltar como aquela época, porque eu estava sentindo alguma coisa estranha. E eu editei esse material e estou com o projeto de fazer um livro, uma exposição com esse material (GAUDITANO, 2020)

Os efeitos da mobilização que vieram dessa espécie de *zeitgeist* experimentado por Rosa no contexto político e social de meados de 2015, resultaram no lançamento da obra “A Mesma Luta”, publicada em 2021 pela editora Lovely House, e na exposição “Vidas Proibidas”, lançada na 35ª Bienal de São Paulo, de 2023. Rosa, que também faz parte da comunidade FFPD, destacou a participação de mulheres dentro do grupo, marcado por uma juventude com ideais feministas muito bem delineados:

Eu acho que as mulheres, hoje, elas estão muito mais focadas na situação da mulher, na situação da mulher dentro do contexto social que estão. Eu vejo, eu participo do grupo Fotógrafas [e Fotógrafos] pela Democracia, eu vejo que a moçada mais jovem, às vezes, elas são super radicais, super feministas, elas vêm com um monte de discurso (GAUDITANO, 2020).

O potencial alcance de tais redes sociais e plataformas on-line, quando examinado diante de seus objetivos democráticos, podem ser compreendidos como outra forma de atuar sobre um contexto, uma forma de expandir seu engajamento ativista que visa consolidar a participação de uma entidade brasileira politicamente preocupada e consciente da necessidade em ocupar a internet.

## **Análise das comunidades on-line “Fotografia Pela Democracia” e “Fotógrafas e Fotógrafos Pela Democracia”**

Na primeira fase deste estudo, como tentativa de compreender um pouco do seu alcance, são apresentados dados obtidos de uma base que contém informações de pessoas e grupos/coletivos que assinaram os manifestos dos grupos on-line “Fotógrafas e Fotógrafos Pela Democracia” (FFPD) e “Fotografia Pela Democracia” (FPD), fornecendo dados públicos como nome completo, cidade ou região em que reside/trabalha e possível vínculo com veículo de comunicação. Este mapeamento vai contribuir para a identificação de possíveis desertos de participação de profissionais em entidades democráticas da fotografia, e que podem ser comparados aos já conhecidos desertos de notícias<sup>23</sup>.

No mapeamento iniciado, foi possível verificar que, juntas, e até o momento em que foi realizada a coleta (30/06/2023), as comunidades somavam mais de 2.550 assinaturas, representando o

23 Link para a plataforma: <https://www.atlas.jor.br/dados/app/> Acessado em 20/11/2023.

perfil de um grupo de ativismo político independente e nacional que possui, também, a participação de brasileiros e brasileiras que vivem fora do país, além de coletivos e/ou grupos organizados.

Nesse sentido, a comunidade FPD possui um total de 1143 assinaturas, enquanto o grupo FFPD possui 1339. Deste número total, 55 assinaturas estão sem identificação completa em FPD, o que também abrange a assinatura de coletivas e/ou grupos organizados (Figura 1). Já em FFPD, as assinaturas sem identificação individual somam 65 (Figura 2).

As assinaturas que continham afirmações ou *slogans* no campo destinado ao nome não foram consideradas. Da mesma forma, não foram considerados assinaturas que sinalizaram residir em outros países (total de 40), que colocaram “Brasil” como região ou, ainda, que colocaram mais de um estado no campo de preenchimento (total de 32).



Figura 1 – Mapeamento estadual da comunidade on-line FFPD, de 2023

Fonte: Elaine Schmitt (2023)



Figura 2 – Mapeamento estadual da comunidade on-line FPD, de 2023  
 Fonte: Elaine Schmitt (2023)

## Gênero em foco

Para a identificação de gênero de assinantes, foram analisados os pronomes presentes na descrição da pessoa para inferir seu gênero. Foram atribuídos os pronomes ele/dele para indicar o gênero masculino, e ela/dela para indicar o gênero feminino. A abordagem tem limitações reconhecidas, pois não leva em conta indivíduos não binários que também podem usar esses pronomes. Nesse sentido, a construção da coluna nomeada “identidade de gênero” foi um esforço em dar visibilidade para uma larga parcela de participantes de ambas as comunidades formadas por mulheres. Sua construção pautou-se na utilização da metodologia qualitativa que auxiliou a identificação de mulheres a partir da forma como são tradicionalmente atrelados os nomes. Quando não se fez possível interpretar em qual categoria a pessoa assinante estaria possivelmente identificada, seu gênero não foi contabilizado.

A comunidade FPD possui 540 assinaturas de gênero possivelmente feminino, enquanto 548 são possivelmente masculinas. Já em FFPD, 614 assinaturas são potencialmente de gênero feminino, enquanto 660 são masculinas.

Acredita-se que o campo de história das mulheres, como um estudo dinâmico e de grande validade na política da produção de conhecimento (SCOTT, 1992, p.77), pode ajudar na compreensão sobre a atuação de fotógrafas em redes sociais on-line, um cenário que não está descolado da história das mulheres fotógrafas. Essa premissa teórica, inevitavelmente política e crítica, implica

no questionamento das bases conceituais e dos supostos epistemológicos, uma vez que se entende à substância da história existente para além de uma categoria de gênero socialmente construída.

Colaborando com a almejada compreensão sobre as experiências de mulheres fotojornalistas, Joana Maria Pedro (2017) apresenta aspectos que corroboram para uma diferenciação cultural marcada pelo gênero e que definirá a maneira como se interpreta, ou enquadra-se, determinadas narrativas deste e de outros períodos da história:

[...] isso não significa considerar que só por serem mulheres ou homens possuem maneiras diversas de lembrar. O que se está entendendo é que, nas relações de gênero vigentes, [mulheres] ocupam funções e têm tarefas diferentes, e isso configura outra forma de narrar suas trajetórias. Considerando que nas narrativas as pessoas se constituem como gênero, o tempo, a relação e o lugar definem o que pode ser dito e o que continua escondido, o que vai ser destacado ou minimizado. (PEDRO, 2017, p.1).

É levando em consideração a ocupação de funções diferentes em nossa sociedade, majoritariamente atreladas aos papéis de gênero, que se acredita haver narrativas que evidenciam tanto semelhantes quanto diferentes formas de perceber e se relacionar com a prática da fotografia e do fotojornalismo a partir de um viés democrático, por exemplo. Questionar tais segmentações é também questionar políticas de inserção no setor da fotografia e do (foto)jornalismo, uma vez que a “feminilidade” foi e continua sendo capaz de restringir acessos e oportunidades de promover outras histórias e outras imagens.

Percebemos, dessa forma, como o gênero constitui-se como marcador de distinção, que corresponde às posições que as fotógrafas e (foto)jornalistas ocupam e a partir das quais são reconhecidas no universo de valores e posições dentro de muitos espaços. (PONTES, 2017).

O grupo Fotógrafas com Lula<sup>24</sup> foi criada em novembro de 2022, conta com 3,8 mil seguidores e contém 529 publicações até o momento desta pesquisa. A biografia traz a informação de que o perfil é formado por “ativistas da imagem” que visam “fortalecer a atuação das mulheres na construção de um futuro diverso e inclusivo”. Formada por 82 mulheres, o grupo também cunhou a *hashtag* #fotografascomplula” e divulgou o link para seu manifesto oficial publicado na internet<sup>25</sup>, que enfatiza valores democráticos, direitos humanos, direitos das mulheres e de todas as minorias sociais. Em conjunto, posicionaram-se em apoio à candidatura e eleição de Luís Inácio Lula da Silva, em 2022, e comprometeram-se com ações e atividades relacionadas a campanha eleitoral de Lula, uma vez que muitas participantes já fotografaram o presidente Lula em outros períodos da história política brasileira:

Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, as mulheres foram maioria nas eleições de 2022, com cerca de 52,65% do eleitorado. Para além da superioridade numérica sem a correspondente representatividade em lugares de poder e decisão na sociedade, queremos destacar nosso protagonismo democrático contando histórias que nos revelam e evidenciam as nossas lutas. Pretendemos documentar esse momento histórico convergindo os nossos enfoques para as mulheres negras, indígenas, ribeirinhas, com deficiência, LGBTQIA+, idosas, de baixa renda e trabalhadoras da cidade e do campo, entre outras, em suas diferentes realidades, cuja participação se fez decisiva para a vitória da democracia brasileira.

24 Link para a plataforma: <https://www.instagram.com/fotografascomplula/>. Acessado em 20/11/2023

25 O manifesto oficial pode ser encontrado neste link: <https://drive.google.com/file/d/10YVCx81ojiDMbE44QfWxz0pcrcXBYUw/view>. Acessado em 20/11/2023



Prestar atenção ao processo fotográfico de uma maneira ampliada, considerando aspectos que abrangem gênero e cidadania, conforme os objetivos deste estudo, ajuda a romper com uma noção tradicionalmente associada às análises das condições de trabalho de fotógrafas e fotógrafos, e na qual, muitas vezes, desconsideram-se forças que, junto aos recursos técnicos e à linguagem fotográfica, devem ser compreendidas como elementos de significação e interpretação da imagem. Ao evidenciar modos de intervenção do âmbito espacial, temporal e histórico na prática do fotojornalismo, vemos o atravessamento de variados fatores que se fazem presentes no estudo atento da temática e que podem ser observados, hoje, quando falamos da atuação de fotojornalista em redes sociais on-line. Aspectos relacionados ao gênero, além de classe, raça e etnia, colaboram para uma produção de imagens históricas que, futuramente, nos ajudarão a contar história plurais ou, conforme Butler (2015) nos ajudarão a romper com os enquadramentos regulados pelo Estado, ou seja, com enquadramentos “oficiais”.

Para Rosa Gauditano, que também faz parte desta terceira comunidade on-line que versa fotojornalismo e democracia, revisitar seu acervo de 1960 e reativas suas produções com a intensão de manter viva uma memória imagética brasileira em disputa é um movimento urgente e necessário:

[...] a gente não tem que ficar com medo, [...] a gente não tem que ficar achando que vai ter AI-5, que os militares vão tomar o poder, que com militares ou sem militar a gente faz as coisas, o Brasil anda, sabe? E a gente vai contra eles e muda o jogo como nós mudamos em 64. Isso é uma coisa que para mim é muito claro. Eu vejo hoje o movimento indígena, por exemplo. Enquanto está todo mundo aí acuado com esses caras que estão no palácio, e o movimento indígena chega pra eles e bate... não bate a burduna [lança indígena] na mesa mais, mas bate os dossiês escritos pelos seus advogados, muito bem feitos por sinal. Politicamente muito bem organizados, e eles vão lá e fazem reunião e falam “isso daqui está errado”, “nós queremos que o Ministério Público faça isso”, “vocês estão mandando cloroquina para os índios no Amazonas, em Roraima e nós não queremos” e entram com uma ação, e entram com o Juiz, e o Juiz dá uma carta. É isso que nós temos que fazer. Nós temos que continuar fazendo isso (GAUDITANO, 2020).

Os desafios que recaem sobre a atuação de (foto)jornalistas, e em especial às mulheres dentro do campo, são, sobretudo, de ordem cultural e histórica, conforme aponta Nathália Cunha Silva (2017) sobre a influência de um estereótipo construído, simbolicamente, e a partir de uma perspectiva masculina.

Visto que nenhuma atividade está desvinculada dos atravessadores de gênero, sexualidade, etnia e classe social, se torna preciso compreender como o gênero está ligado à construção da valorização profissional feminina, sobretudo em áreas dominadas pelo estereótipo de pertencimento masculino, e como esta construção se reflete na prática profissional (SILVA, 2017, p. 2).

Para a autora, a conjuntura cultural do estereótipo no fotojornalismo, elaborado desde o início da profissão como constituinte de um homem forte, destemido e competitivo, colaborou para que a cultura profissional desestimulasse a participação feminina, cobrando um desempenho superior daquelas que desejaram ali se afirmar e permanecer. Por outro lado, vemos o surgimento de coletivos, eventos e agrupamentos que se dão no on-line e no off-line com a pretensão de demarcar o debate de gênero dentro da fotografia e do fotojornalismo brasileiro. O primeiro festival de Fotografias Latinoamericanas (FFALA), que aconteceu em abril de 2021 de forma totalmente virtual devido à pandemia causada pelo corona vírus, foi uma iniciativa que surgiu da “urgência por criar espaços de encontro, diálogo, reflexão, formação e exposição que valorizem a produção das

fotógrafas latino-americanas”. Conforme o próprio site de divulgação do evento<sup>26</sup>, o Festival buscou um espaço político de pensamento e interlocução, mas também de celebração, uma vez que “que quando mulheres se juntam, é muita potência, resistência e criatividade” em ação.

A falta de apresentação de ícones femininos na atividade, por exemplo, é uma das pautas presente nestes espaços que discutem como as contribuições de mulheres em todas as épocas foram progressivamente apagadas ou diminuídas da história da imprensa, o que também influencia os dados apresentados neste capítulo. O afastamento das mulheres da especialização no fotojornalismo, ainda presente, é condizente com a cultura profissional construída no tecido social e histórico que as posiciona por atribuição de papéis que continuam na manutenção da segregação. Nesse sentido, é importante destacar que a falta de diligência diante das variadas injustiças só faz aumentar sua naturalização, o que acontece, também, pelo fato de haver uma partilha de valores e expectativas de gênero que precisam ser superadas (LELO, 2019). As lutas a serem travadas, como vemos, são diversas.

## Considerações finais

Para além do exposto neste estudo, acredita-se que, com a análise das redes em questão, será possível aprofundar, futuramente, os elementos concernentes aos discursos utilizados e as interações que caracterizam as comunidades on-line “Fotografia pela Democracia” e Fotógrafas e Fotógrafos pela Democracia”, revelando, conjuntamente, sua estrutura de comunicação, além de vínculos sociais, tipos de relações e intercâmbios sociais entre membros e fluxos de comunicação e conexão entre as comunidades.

Tendo como principal objetivo fomentar uma produção científica e intelectual que esteja alinhada aos processos jornalísticos, a investigação teve como objetivo volta-se à especialização do fotojornalismo e suas relações de gênero, dizendo respeito, principalmente, às manifestações democráticas realizadas em redes sociais on-line.

Com o cuidado para não cair em essencialismos que levam à reprodução de noções taxativas sobre o tema que reiteram discursos biologizantes, é preciso destacar argumentos que se baseou em uma perspectiva construtivista do jornalismo (TUCHMAN, 1978), e que, ainda, englobam uma série complexa de fatores relacionados à construção subjetiva de cidadãs e cidadãos perpassada pela esfera social, política, subjetiva, econômica e também de construções de gênero.

Estudar o fotojornalismo a partir desta perspectiva, ainda que com fontes externas e recursos linguísticos para atribuir rótulos de gênero a assinantes que podem introduzir erros ou imprecisões, pode contribuir para a identificação de diversas desigualdades enfrentadas neste campo do jornalismo, possibilitando a compreensão crítica que tem potencial de tensionar e “efetivamente alargar o conhecimento sobre as relações de poder que sustentam o circuito profissional e artístico da fotografia em diversos momentos históricos” (COSTA; ZERWES, 2021, p.10).

Além disso, também se reconhece as limitações do quadro de gênero binário e a importância da representação não binária em pesquisas futuras. A análise concentrou-se principalmente na

26 Link para a plataforma: <https://www.ffala.com/>. Acessado em 20/11/2023

representação de gênero, mas deixou certamente de lado marcadores sociais como raça, etnia, classe e diferenças culturais que também podem contribuir para disparidades dentro das comunidades.

Por outro lado, e ainda que preliminarmente, adentrar análises que dialoguem com fenômenos políticos atuais, assim como com as articulações democráticas realizadas pela categoria de fotojornalistas, oportuniza uma produção de caráter crítico sobre um grupo de profissionais que potencialmente colaboram para o enquadramento e a cristalização da história visual brasileira.

## Entrevista

GAUDITANO, Rosa. Entrevista concedida virtualmente a Elaine Schmitt. Florianópolis, SC, Brasil, 23/07/2020. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). Transcrita por Elaine Schmitt. 14p

## Referências

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003. (Original publicado em 1990)

BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: 2015.

CASERO, Andreu. El despertar del público? Comunicación política, ciudadanía y web 2.0. In: VICENTE, Maximiliano Martin; ROTHBERG, Danilo (orgs.). *Meios de comunicação e cidadania*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 107-122.

COLUSSI, Juliana; SCHMITT, Elaine. *Análise sobre o discurso construído em torno do #impeachmentday no Twitter: o processo metodológico*. IV ENCONTRO PARANAENSE DE PESQUISA EM JORNALISMO, 2016, Curitiba. Universidade Federal do Paraná. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/0B7DQjd80WkOpeHZfeFg2S1ZVMjA/view?usp=share\\_link&resourcekey=-0-ndJ0Kktch0ifj\\_CzIIrLPg](https://drive.google.com/file/d/0B7DQjd80WkOpeHZfeFg2S1ZVMjA/view?usp=share_link&resourcekey=-0-ndJ0Kktch0ifj_CzIIrLPg). Acesso em 15 de novembro de 2023.

COSTA, Eduardo Augusto. Fotógrafas no Brasil dos anos 1980: as mulheres nas publicações do Núcleo de Fotografia da Funarte e do INFoto. In: ZERWEZ, Erika; COSTA, Helouise. *Mulheres Fotógrafas / Mulheres Fotografadas: fotografias e gênero na América Latina*. Intermeios (Fapesp): São Paulo, 2021.

KOZINERTS, Robert V. *Realizando pesquisa etnográfica online*. Porto Alegre, Penso, 2014. 203 páginas.

LELO, Thales Vilela. *A feminização do jornalismo sob a ótica das desigualdades e gênero*. Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, v.27. n. 2, 2019.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PEDRO, Joana Maria. Viver o gênero na clandestinidade. In: ROVAI, Marta. *História Oral e Mulheres*. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

PONTES, Felipe S. *Desigualdades estruturais de gênero no trabalho jornalístico: o perfil das jornalistas brasileiras*. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação

*E-compós*, Brasília, v.20, n.1, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/1310/925>. Acesso em 15 de novembro de 2023.

RECUERO, R; Bastos, M.; Zago, G. *Análise de redes para mídia social*. Porto Alegre: Sulina, 2015.

SCHMITT, Elaine. *Obstinadas: experiências político subjetivas de mulheres fotojornalistas no Brasil ditatorial (1964-1985)*. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2022.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 63-95.

SILVA, Nathália Cunha. *Mulheres e fotojornalismo: influência cultural e formação na inserção profissional*. XVII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, 2017, Curitiba. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2017. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-1145-1.pdf>. Acesso em 15 de novembro de 2023.

TUCHMAN, Gaye. *Making News: a study in the construction of reality*. The Free Press, New York: 1978.

VALENTE, Mariana. *Misoginia na Internet: Uma Década de Disputas por Direitos*. Editora Fósforo, São Paulo: 2023.

ZERWEZ, Erika; Humanismo e política: fotografia e gênero entre a Europa e a América Latina. In: ZERWEZ, Erika; COSTA, Helouise. *Mulheres Fotógrafas / Mulheres Fotografadas: fotografias e gênero na América Latina*. Intermeios (Fapesp): São Paulo, 2021.